

<p>A COES pontua que fez análise em relação ao resultado econômico da unidade, a relação entre os repasses e o custo lançado no sistema, o que em média mostra um gasto de 1.200.000,00 em média, incluindo os servidores efetivos. E que retirando esse valor enviado pelo RH, existe um desembolso efetivo financeiro de aproximadamente 500.000,00. Que o valor de repasse definido em contrato foi escalonado. O resultado econômico, mensal, está superavitário, tendo gerado acúmulo no período analisado</p>
<p>Quanto ao portal da transparência, a Gerência explica que algumas informações ainda não estão na página da SES posto que a mesma não tem comportado novas informações.</p>
<p style="text-align: center;">4 – Apontamentos da OSS</p>
<p>Dr. Genésio pontua que apesar da insistência, não existe a adesão dos funcionários, especialmente dos efetivos quanto a assinatura do consumidor da refeição, o que justifica a diferença e a discrepância entre o disponibilizado e o consumido. Com relação à segurança, pontua que segurança era feita pelo próprio galpão, que existe uma demanda de servidores com elevado número de médicas, o que visa assegurar a defesa delas. O advogado da OSS questiona se o contrato de vigilância contemplaria a área, ao que Welinton informou que foi a própria OSS que solicitou a retirada e que seria necessário avaliar os dois para identificar a viabilidade. Sr. Luiz explica que o controle tem que ser inserido, tem que bater, que isso é uma eficiência de gestão que precisa ser introduzida. Medidas simples podem solucionar o problema. Dr. Genésio pontua que o servidor, em torno de 40%, é bastante exigente, mas que nem sempre acompanha no cumprimento dos deveres. Tânia pontua pela necessidade de sempre motivar o contrato, que sana os problemas e as discussões com facilidade. A OSS pontua que o Termo de Referência coloca a justificativa para o contrato de vigilância armada, ao que Tânia pontua que não ficou claro, que o objeto tem que ficar mais evidente e claro. Finaliza pela necessidade de seguir o prazo da Portaria n. 1038, em relação aos prazos. Welinton pontua que houve redução dos valores da Top Clean, o que precisa ser checado.</p> <p>Dr. Genésio refere que houve um incremento no uso do sistema SERVIR quando comparado ao SISREG, com aumento superior a 300%, e que portanto, as regulações estão sendo oficializadas e regularizadas. Refere que estão fazendo regulação dos leitos em que é utilizado o SISREG, em razão do contrato, mas que já está sendo alterado para o novo sistema de regulação do Estado. Quanto a parte ambulatorial, considera tratar de uma parte mais delicada, porque não é apenas um procedimento, envolve a consulta, o exame, o procedimento e a cirurgia eletiva, e que o SERVIR na parte ambulatorial foi iniciado no dia 06 de novembro e que será uma parte que demandará bastante atuação da OSS e da SES/GO. Na parte ambulatorial, ainda existe a feitura pelo antigo sistema. Com relação ao desempenho, é preciso aumentar não apenas a quantidade como a qualidade dos dados, porque os usuários precisam ofertar a devolutiva para que a OSS possa melhorar o processo de trabalho. Acredita que a tendência é que se use mais o sistema, dependendo menos do recurso humano.</p> <p>Assim, todas as metas solicitadas - relatórios - foram apresentado dentro do prazo. Refere que a necessidade de manter o sistema constantemente no ar, o fato justifica, em seu entendimento, o número de contratos relacionados à internet. Refere que o COMPLEXO começou a gravar todas as ligações, em razão da gravidade e da demanda que tem realizado.</p> <p>Que o grupo gerador providenciado pela OSS tem autonomia de 07 dias, que possui help desk contínuo, 24 horas. Walisson expõe a respeito do aspecto financeiro do segundo semestre do contrato. Pontua pelo valor de caixa e pelos custos totais. Reforça que estão em uma crescente em relação aos custos e que o mesmo ainda não reflete a totalidade dos gastos porque não houve a instalação nos 246 Municípios e que está havendo aumento da demanda de recursos humanos em razão do aumento da necessidade, conforme a implantação. O representante legal da OSS informa que a falta de implantação não está na dependência da OSS, porque existe a previsão contratual da oferta, mas que o aceite é espontâneo pelos Municípios. Thiago questiona a relação entre o aumento do custo e a implantação, ao que Gilberto pontua que o cronograma depende de autorização, que aumenta RH, espaço em nuvem, que precisa deslocar a equipe para implantar e treinar os Municípios, alimentação, dentre outros. Dr. Genésio relata que precisa ampliar o parque tecnológico.</p> <p>Thais questiona a quantidade de Municípios, o que foi respondido que atualmente está em 107 Municípios. Pergunta qual seria o escalonamento com relação ao número de Municípios, conforme o repasse, o que não houve definido no Contrato de Gestão. O representante legal da OSS informa que por algum tempo ficaram com as atividades limitadas porque não existe, explicitamente, no contrato, que a OSS poderia acessar os Municípios, mas que estão fazendo independentemente do autorizo da SES. Thiago questiona como funciona para as unidades que não aderiram, ao que se responde que é pelo sistema do próprio Município ou de forma informal. A OSS pontua que o custo deverá aumentar a medida que se implante o sistema nos Municípios e conforme a demanda por linhas de contratação. Dr. José Endrigo coloca que existe uma orientação no contrato de gestão de contratação via celetista, o que encarece o custo da unidade. Quanto à transparência, relatam da recocunicação crescente dentro do Instituto, e que estão buscando cobrir todas as lacunas. Informam</p>
<p>A lista de presença anexa confirma a presença dos integrantes na reunião.</p>
<p>A COMACG informa a todos o presente que, a partir desta data, a OSS tem o prazo de 10 dias ("corridos") para, entregar o Relatório de Execução protocolado via SEI! E caso queira, apresentar defesa e contraditório quanto aos apontamentos.</p>
<p style="text-align: center;">5 – Participantes</p>
<p style="text-align: center;">Goiânia, de Novembro de 2019</p>